

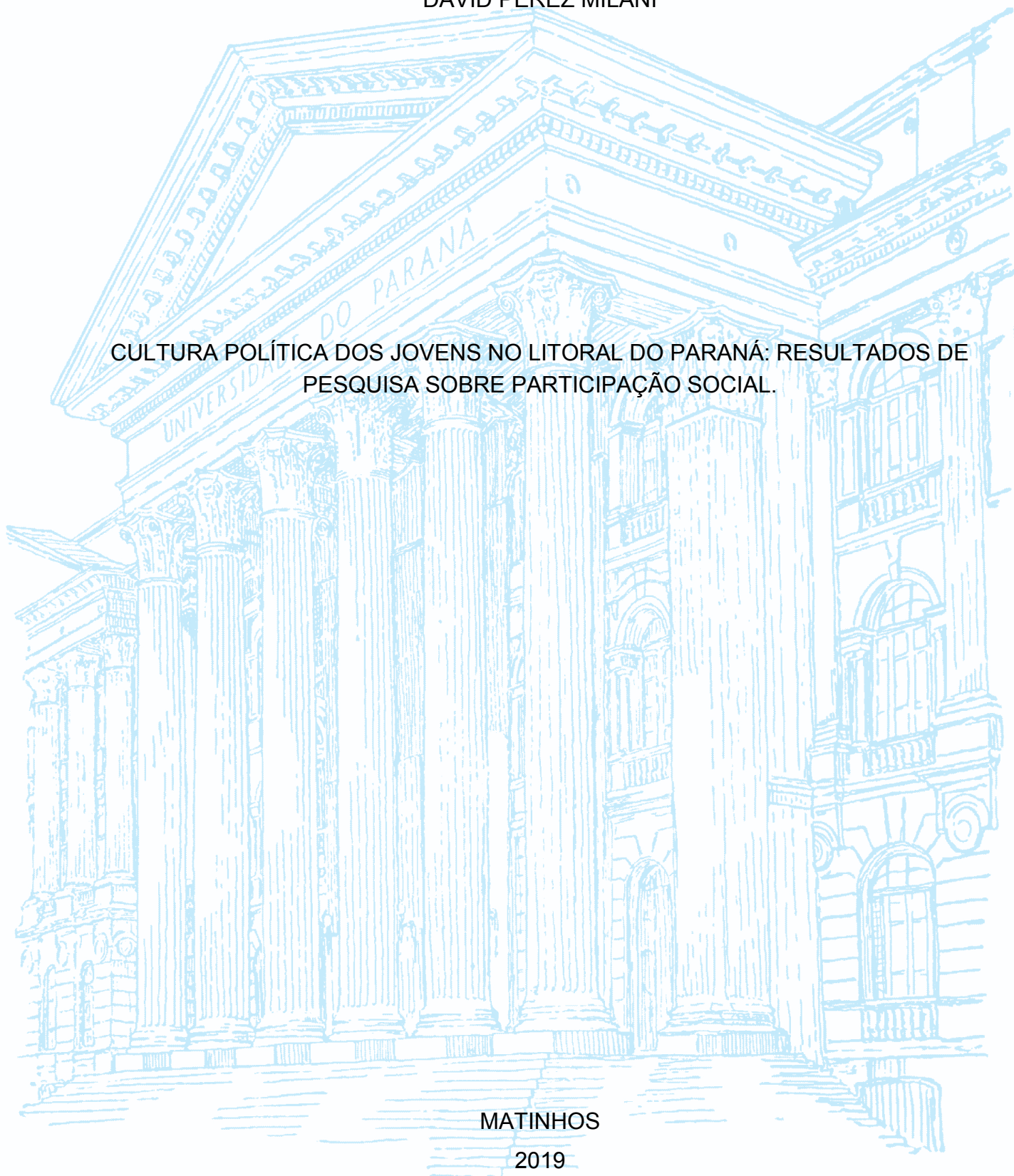
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAVID PEREZ MILANI

CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS NO LITORAL DO PARANÁ: RESULTADOS DE
PESQUISA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

MATINHOS

2019



DAVID PEREZ MILANI

CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS NO LITORAL DO PARANÁ: RESULTADOS DE
PESQUISA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao
Curso de Graduação em Administração Pública,
Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Resende
Archanjo

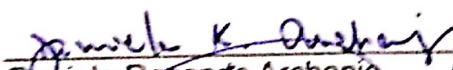
MATINHOS

2019

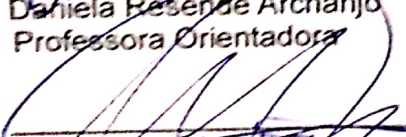
ATA FINAL DE DEFESA DE TCC DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aos onze dias do mês de dezembro de 2019, na sala 14B do bloco didático da UFPR – Setor Litoral, reuniram-se em banca, sob a presidência da professora Dra. DANIELA RESENDE ARCHANJO, o professor Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI e o professor Dr. AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE, para examinar o trabalho de autoria do acadêmico David Perez Milani. O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFPR – Setor Litoral, intitulado: *CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS NO LITORAL DO PARANÁ: RESULTADOS DE PESQUISA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL*, recebeu conceito APL, tendo sido APROVADO.

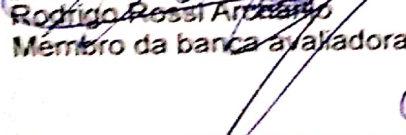
Matinhos, 11 de dezembro de 2019.



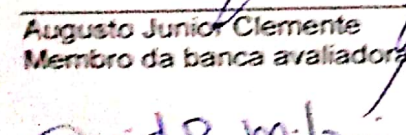
Daniela Resende Archanjo
Professora Orientadora



Rodrigo Rossi Archanjo
Membro da banca avaliadora



Augusto Junior Clemente
Membro da banca avaliadora



David Perez Milani
Acadêmico

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná por ser minha segunda casa durante esse período de graduação.

Aos professores e colegas do curso de Administração Pública, por todas as aulas, debates, seminários, encontros estudantis dos quais participamos, ministramos e organizamos.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Daniela Resende Archanjo e ao projeto de extensão “Fomentando a Cultura Política Democrática”, pelo contato com todo o processo de pesquisa e extensão que subsidiaram o meu trabalho.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) Litoral Social, por me aproximar mais da tríade de ensino, pesquisa e extensão, durante mais de 2 anos da minha formação. Aos petianos e ao tutor do PET LS por compartilhar desses momentos de grande aprendizado e crescimento, dos momentos de nervosismo e de descontração.

Ao Centro Acadêmico de Administração Pública, por demonstrar a importância do movimento estudantil e me aproximar do Campo de Públicas, onde tive o prazer de conhecer e conviver com pessoas inteligentes e empenhadas que me motivaram a seguir esse caminho.

Ao grupo Caiçara, por ajudar na procura do autoconhecimento.

A minha família, em principal minha mãe Rosi e minha irmã Flávia, por aguentarem todas as fases desse processo, os momentos felizes e triste, animados e desentusiasmados, sempre me dando o apoio e incentivo que precisei.

A todos devo esse momento.

“O otimista é um tolo.
O pessimista é um chato.
Bom mesmo é ser um realista esperançoso.”
(ARIANO SUASSUNA)

CULTURA POLÍTICA DOS JOVENS NO LITORAL DO PARANÁ: RESULTADOS DE PESQUISA SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

David Perez Milani¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir alguns resultados de uma pesquisa sobre cultura política dos jovens do litoral do Paraná realizada durante os anos de 2017 e 2018 a partir de uma parceria entre o Projeto de “Extensão Fomentando a Cultura Política Democrática” (PROEC) e o Programa de Educação Tutorial (PET) Litoral Social (MEC), ambos da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. A pesquisa foi feita com estudantes do Ensino Médio dos colégios públicos urbanos de seis municípios da região: Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Um total de 1589 estudantes participaram da pesquisa de campo, respondendo a um questionário. O presente trabalho, com objetivo exploratório-descritivo, discute parte das respostas dos jovens. As questões analisadas são as que trabalham com a participação, interesse e capacidade para participação, confiança interpessoal e interinstitucional e socialização política, tendo como finalidade analisar o nível de participação política dos jovens e a relação dos mesmos com uma cultura política democrática e participativa. A discussão é feita a partir de uma abordagem qualitativa que busca indicar diálogos possíveis entre os resultados encontrados e alguns conceitos, achados e apontamentos trazidos em outros trabalhos de pesquisa. Os resultados apontam para uma baixa confiança dos jovens nas instituições, especialmente políticas, e para uma baixa participação dos mesmos em grupos e associações de caráter político, denotando um processo de socialização pouco voltado à construção de uma cultura política democrática-participativa.

Palavras-Chave: Democracia Participativa. Cultura Política Democrática. Colégios Públicos.

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

ABSTRACT

The present article aims to present and discuss some results of a research about political culture of young people from the coast of Paraná realized during 2017 and 2018 through a partnership between the project “Extension Fostering Democratic Political Culture” (PROEC) and the Tutorial Education Program (PET) Litoral Social (MEC), both from the Federal University of Paraná – Litoral Sector. The research was made with high school students from urban public schools in six counties of the region: Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá and Pontal do Paraná. A total of 1589 students participated in the field survey by taking a questionnaire. The present paper, with exploratory and descriptive objective, discusses part of the young's answers. The issues analyzed are those that involves participation, interest and capacity of participation, interpersonal and interinstitutional trust and political socialization, aiming to analyze the level of political participation of the young and their relationship with a democratic and participatory political culture. The discussion is made from a qualitative approach that seeks to indicate possible dialogues between the results found and some concepts and notes brought from other research papers. The results show a low confidence of young people in institutions, especially political ones, and a low participation in political groups and associations, denoting a socialization process not much concern in the construction of a participative democratic political culture.

Keywords: Participatory Democracy. Democratic Political Culture. Public Schools

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONCEITOS FUNDAMENTAIS À PESQUISA.....	11
3	RESULTADOS DA PESQUISA.....	18
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO.....	33

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute parte dos resultados de uma pesquisa realizada por um projeto de extensão da UFPR Litoral sobre a cultura política dos jovens do litoral do Paraná.

A referida pesquisa foi realizada no período de julho de 2017 a julho de 2018, a partir da aplicação de questionário com 41 questões, que abrangiam temas relacionados com o perfil da amostragem e questões relacionadas à política, à democracia e à participação social. Foram aplicados 1.603 questionários para alunos do Ensino Médio de escolas públicas urbanas de 6 municípios da região, quais sejam: Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná (os colégios do município de Guaraqueçaba não participaram da pesquisa por se tratarem de colégios rurais). Após a exclusão dos questionários que apresentavam muitas respostas em branco ou respostas duvidosas, restaram 1.589 questionários tabulados, cujas respostas subsidiaram a presente discussão.

Vale anotar que no ano de 2018 foram registradas 10.947 matrículas para o Ensino Médio nos municípios pesquisados (IBGE, 2018), o que significa que a pesquisa, embora não tenha usado uma amostra probabilística, alcançou mais de 14% da população-alvo, servindo como parâmetro para discussões como a que se buscou fazer neste trabalho.

Conforme já colocado, o presente trabalho se atém às respostas dadas às questões que dizem respeito ao tema da participação social, tendo como objetivo conhecer a relação que os jovens estabelecem (ou não) com diferentes espaços de associação e de participação política e social, discutindo o interesse deles em participar e a percepção dos mesmos sobre a capacidade que têm para tanto.

O litoral do Paraná tem vários contrastes, geográficos, ambientais, sociais e econômicos e possui vulnerabilidade socioeconômica devido às ausências históricas de políticas públicas (DENARDIN, ABRAHÃO e QUADROS, 2011), o que justifica o porquê do sentido desse trabalho. A participação social é uma forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, pensando em todo o ciclo das

políticas públicas², que atendam a agenda e demandas específicas da comunidade local.

O presente artigo está dividido em quatro partes, a primeira é a presente introdução, apresentando a estrutura do trabalho e da pesquisa realizada, que subsidia a discussão.

A segunda parte do trabalho traz uma breve revisão bibliográfica para auxiliar no entendimento de conceitos como o de cultura, cultura política, democracia representativa e democracia participativa, contribuindo assim para assimilação da ideia de cultura política democrática participativa. Apresentando então o referencial teórico que serviu à discussão dos resultados da pesquisa.

Partindo do pressuposto de que os resultados vão contribuir com o entendimento sobre participação dos referidos jovens criando um debate sobre a proximidade de uma cultura política participativa democrática. Acreditando que quanto maior a participação juvenil na sociedade maior será a manutenção da democracia.

A terceira parte trata da exposição dos resultados da pesquisa e correlações com bibliografias sobre o tema de cultura política e participação juvenil.

Por fim a última parte traz a conclusão que se formulou levando em consideração todo o processo de criação da pesquisa e do presente trabalho, fazendo reflexões sobre as limitações e sugerindo abordagens.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS À PESQUISA

O conceito de cultura é um conceito bastante complexo. Nesse trabalho utilizamos a autora Marilena Chauí para auxiliar no entendimento dessa concepção. Chauí comenta que naturalizamos as atitudes do ser humano, como algo necessário e universal, porém “os seres humanos variam em consequência das condições sociais, econômicas, políticas, históricas em que vivem.” (CHAUÍ, 1997, p. 290). Quer dizer que diferente das atitudes “naturais”, como respirar ou comer, outras atitudes do cotidiano dependem de um conjunto de fatores que interferem na vida de cada um. Conforme ressalta a referida autora,

2 Embora os autores apresentem diferentes propostas de fases que compõem o ciclo das políticas públicas, nos referimos aqui a formulação, implementação e avaliação (BONAT, 2011, p. 7-8).

Cultura passou a significar, em primeiro lugar, as obras humanas que se exprimem numa civilização, mas, em segundo lugar, passou a significar a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com outros humanos e com a Natureza, relações que se transformam e variam. (CHAUÍ, 1997, p. 292).

Entendemos a partir dessa reflexão que cultura é construída socialmente, comum a grupos sociais e diferente entre eles, e que pode ser transformada.

Cultura política é a rede de significados que orientam as atitudes políticas das pessoas. O termo começou a ser mais utilizado a partir dos anos de 1960, após a publicação do livro *The civic culture* dos estadunidenses Gabriel Almond e Sidney Verba, que é referência obrigatória nos estudos sobre o tema. O livro tem como objetivo “incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas” (KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999, p. 227). Outra referência, porém mais antiga, sobre o tema, é o livro de Alexis de Tocqueville: *A democracia na América*. Segundo a autora Maria Helena Camara Bastos (apud Gilbert, 1977):

A obra não faz somente uma leitura social dos costumes, da sociedade política e da política da sociedade americana, mas também uma leitura cultural – arte, literatura, filosofia, ciências, religião – tudo marcado pela democracia que cria não somente uma cultura nova, mas também um tipo novo de homem. (BASTOS, 2007, p. 9).

Todos os pensamentos que os indivíduos têm durante a vida são reflexos de sua cultura e todas as motivações e atitudes em relação à política do dia a dia tem a ver com sua cultura política. Todas as pessoas possuem cultura política. Dependendo das suas influências e vivências ela pode ser, mais ou menos, participativa. Muitas coisas afetam o comportamento das pessoas, definindo assim sua cultura política, que pode ser entendida como “o conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999, p. 227). Tais comportamentos influenciam no processo político do país e são referentes a socialização de cada um, aos aprendizados que obtiveram nas suas famílias, instituições de ensino, ambiente de trabalho, religião entre outros locais de convivência, pois “é necessário salientar que a educação política para uma convivência democrática não se inicia no processo de

escolarização. Ela está presente, muito cedo, na vida das pessoas, influenciando nos seus padrões de comportamento social e político” (BAQUERO e BAQUERO, 2007, p. 142).

Segundo Kuschnir e Carneiro a teoria de Almond e Verba diz que os indivíduos absorvem a cultura em que vivem, e dependendo da forma em que participam de cada instituição, interfere nas atitudes em relação à política. Os autores tinham como objetivo conhecer melhor as intenções e opiniões dos agentes políticos. Sendo assim seu trabalho não só “ponía énfasis en el nivel macro de la política, sino que también se centraba en el nivel micro y sobre todo en la relación de ambos niveles a través de lo que denominaron ‘orientaciones políticas’” (MATEOS, s/d, p. 2).

Kuschnir e Carneiro ainda explicam que para os autores Almond e Verba existem três tipos de orientações políticas, que norteiam o modo como as pessoas participam, são elas: a orientação cognitiva, afetiva e avaliativa. A orientação cognitiva tem relação com sistema político, suas funções e na confiança do papel de cada instituição, além dos *inputs* e *outputs*, que estão relacionados, por exemplo, as demandas dos agentes e como essas são resolvidas dentro das instituições. A orientação afetiva é relacionada a sentimentos que os agentes têm em relação tanto às instituições, como as pessoas ou papéis de atuação dentro do sistema político e por último a orientação avaliativa, que combina as duas anteriores, os sentimentos e os conhecimentos de todo sistema político.

A partir dessas orientações se cria três tipos básicos diferentes de “culturas políticas”, conseguimos notar a maior ou menor participação social entre elas, que são: cultura política paroquial, cultura política de sujeição e cultura política da participação. A cultura política paroquial pode ser considerada a mais simples entre elas, com baixa participação popular e grande poder das instituições religiosas, a ponto de existir uma dificuldade em diferenciar a política da religião. A cultura política de sujeição, é um pouco mais participativa, onde os atores deixam que as estruturas executivas realizem as atividades administrativas, mas dirigindo suas demandas a elas. Por fim a cultura política participativa, é a que tem maior apelo da sociedade, tanto nos *inputs*, quanto os *outputs*, existindo um equilíbrio entre eles, essa última cultura política, pode também ser considerada como cultura cívica, que caminha em direção a uma democracia participativa (KUSCHINR e CARNEIRO, 1999, p. 231).

Para entender o conceito de democracia participativa, precisamos entender a definição que Joseph Schumpeter de democracia, assim podemos comparar a visão de participação social na democracia representativa e na democracia participativa. Seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia* (1943), segundo Carole Pateman, 1992, p. 12 “é vital para uma apreciação das obras mais atuais sobre teoria democrática, pois elas foram elaboradas dentro do parâmetro estabelecido por Schumpeter e basearam-se em sua definição de democracia”. Pateman comenta que Schumpeter compara a competição política por votos à operação de mercado, assemelhando os eleitores com consumidores e as políticas com produtos. Se afastando da ideia de participação ativa, Schumpeter considera que os únicos meios de participação da população são o voto e a discussão, ainda não considerando que o voto deveria ser universal.

A liderança para o autor é mais importante que a participação, e a participação não tem papel especial ou central, a população – ou a sociedade que não é a classe política – é apenas uma massa eleitoral, que não controla seus líderes, apenas os substitui de tempos em tempos. Esses líderes devem ser ativos e possuir poder de decisão, para que assim possam competir pelos votos da massa eleitoral. (PATEMAN, 1992, p. 16). Nota-se então, que para Schumpeter a função participativa da população é apenas a do voto, o que pode se dizer mais próximo a uma cultura política de sujeição e em uma democracia representativa.

Pateman utiliza de outros autores para explicar sobre teoria democrática, que reforçam que a participação não é o ponto chave de uma democracia, segundo a autora, Bernard R. Berelson tem um ponto de vista em que:

pode-se perceber que os altos níveis de participação e interesse são exigidos apenas de uma minoria de cidadãos e que, além disso, a apatia e o desinteresse da maioria cumprem um importante papel na manutenção da estabilidade do sistema tomado como um todo. (PATEMAN, 1992, p.17).

O trecho demonstra que o autor está distante de uma ideia de democracia participativa e uma cultura política cívica, deixando claro que a apatia é necessária para que a democracia continue vigente.

Outro autor que reforça a teoria representativa é Robert Dahl, que comenta em sua obra *Uma introdução à teoria democrática*, que “um aumento da taxa de participação, [...] poderia representar um perigo para estabilidade do sistema

democrático” (PATEMAN, 1992, p. 20). Dahl também traz a ideia de que a população deve ter um consenso sobre as regras gerais da sociedade, e que tal consenso é alcançado via um “treinamento social” que “ocorre por meio da família, das escolas, das igrejas, dos jornais e etc.”, podemos correlacionar com o conceito de cultura política, em que todos os ambientes de socialização tem impacto na cultura de cada um.

Outro autor citado é Giovanni Sartori, que em sua obra *Teoria democrática* (1962), demonstra “medo de que a participação ativa da população no processo político leve direto ao totalitarismo” (PATEMAN, 1992, p. 21). O trecho reforça o pensamento de que a participação pode ser prejudicial para a manutenção da democracia. O autor ainda comenta sobre a falta de interesse da população mas não considera que seja o problema da democracia.

Para finalizar a análise de teorias democráticas representativas a autora cita o trabalho *Uma teoria de democracia estável* de Max A. Eckstein (1966), em que o objetivo é entender quais as condições para se alcançar a estabilidade da democracia, e em linhas gerais “um sistema democrático estável, a estrutura de autoridade do governo nacional não precisa ser, necessariamente, pelo menos ‘de modo puro’, democrática.” (PATEMAN, 1992, p. 24), que demonstra que o poder para o autor deve ser vertical, e cita também que pode existir um “saúdável elemento de autoritarismo”.

Em relação a participação no modelo descrito pelos autores, chega-se à conclusão de que “no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões.” (PATEMAN, 1992, p. 25). A falta de interesse, a apatia, a baixa participação, a confiança nas instituições e líderes eleitos contribuem para a manutenção da democracia, fortalecidos pela socialização e treinamento social, o que concorda com uma cultura política de sujeição.

Continuamos utilizando o livro de Pateman como referência, agora para entender melhor o conceito de democracia participativa, e como maior base teórica ela utiliza o livro *O Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau publicado pela primeira vez em 1762. Segundo a autora a teoria de Rousseau

apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma

inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. (PATEMAN, 1992, p. 35).

O entendimento de participação vai além do apenas decidir o que é melhor para a sociedade, ela também faz com que os cidadãos não revoguem seus interesses privados em relação ao interesse geral, interesse público, e sim entenda que garantindo o bem-estar público os interesses individuais também estarão protegidos. Segundo a autora

Rousseau nos proveu do argumento de que há uma inter-relação entre as estruturas de autoridade das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos; e do argumento relacionado a este, de que a principal função da participação tem caráter educativo. (PATEMAN, 1992, p. 42).

A participação do povo nas decisões e elaborações de leis faz com que o próprio povo sinta-se parte atuante da comunidade e faz com que respeitem mais as decisões, pois os mesmos fizeram parte de todo o processo. Para reforçar o pensamento de Rousseau, Pateman utiliza outro autor que defende a teoria da democracia participativa, John Stuart Mill. Em sua obra o autor reforça que a participação leva a maior identificação dos cidadãos aos problemas públicos e menos com o interesse privado. Mas para isso, não pode-se limitar a participação ao voto e a eleição, pois “para que os indivíduos em um grande Estado sejam capazes de participar efetivamente do governo da ‘grande sociedade’, as qualidades necessárias subjacentes a essa participação devem ser fomentadas a nível local.” (PATEMAN, 1992, p. 46). Mill, diferente de Rousseau não acredita que todos devam ter igualdade política.

O presente trabalho não tem como objetivo propor ou defender a implementação de uma das duas teorias de democracia, mas acredita que as duas podem se complementar, considerando que a participação da população contribui para o desenvolvimento da democracia. Como defende Boaventura de Sousa Santos, na introdução do livro *Democratizar a Democracia os caminhos para a democracia participativa*

o objetivo é associar ao processo de fortalecimento da democracia local formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política

que recoloca na pauta democrática as questões da pluralidade cultural e da necessidade da inclusão social. (SANTOS, 2009, p. 76).

Considerando que a maior participação é uma ferramenta de inclusão social, mas também levando em consideração pensar em “participação política como um “problema”, isto é, não como uma conduta que surge espontaneamente em função da simples existência de ‘oportunidades institucionais’.” (FUKS, PERISSINOTTO e SOUZA, 2004, p. 10), o que colabora com o pensamento de treinamento social e caráter educativo da participação, para que a população não apenas tenha as oportunidades de participação, mas também entenda a necessidade e importância dela para a redução da desigualdade social, pois “é impossível pensar as condições institucionais da participação separadamente de seus condicionantes sociais” (FUKS, PERISSINOTTO e SOUZA, 2004, p. 10).

Com isso o trabalho busca entender a participação dos jovens na política pois considera ser um grande desafio da sociedade atual. A estagnação e desinformação é uma barreira que existe entre a política e a atuação da sociedade civil, considerando que hoje no Brasil cerca de 30% da população é jovem (IBGE, 2019) e que:

Podemos definir juventude como uma etapa que antecede a vida adulta, na qual o indivíduo mantém uma dependência relativa com seus provedores e não assume a sua sociabilização de modo pleno, pois não tem acesso às esferas de decisão e poder, não mantém um núcleo familiar próprio nem se integrou de forma plena ao mercado de trabalho. Em suma o indivíduo ainda não possui características que o tornam capaz de se integrar a sociedade sem a necessidade de outros. (OKADO, 2013).

Essa definição pode ajudar a entender o menor interesse nas esferas de poder de decisão do Estado democrático, pois os jovens não se sentem como parte atuante da sociedade. As informações sobre assuntos como democracia, cidadania, eleições, entre outros, são pouco repassadas para os estudantes. Porém, como citado anteriormente “educação política para uma convivência democrática não se inicia no processo de escolarização” (BAQUERO e BAQUERO, 2007, p. 142).

Política não é aprendida só em sala de aula, mas sim por todo ciclo de vida das pessoas, todos os contextos (como família, roda de amigos, vizinhança, entre outros) afetam a educação política de cada cidadão, mas é papel fundamental das instituições de ensino trazer assuntos desse âmbito para discussões, pensando não

só na participação social mas também na autonomia dos jovens, pois com um maior aprofundamento em temas relacionados a política a democracia participativa é mais facilmente alcançada.

Na perspectiva da cultura política, a forma como os cidadãos percebem e atuam no sistema político ajuda, ou não, a solidificar uma democracia. Desse modo, estudar atitudes, valores, crenças, ideais e experiências que predominam em uma dada sociedade em relação ao sistema político é um passo importante nessa direção. (BAQUERO e BAQUERO, 2007, p. 151).

A partir dessa reflexão ressalta-se a necessidade de conhecer o perfil e o entendimento sobre temas específicos sobre política e participação, pois “o comportamento social e político é resultado de um processo de aprendizagem e esta aprendizagem começa na infância e, em muitos sentidos, é complementada na adolescência.” (BAQUERO e BAQUERO, 2007, p. 143).

Com o objetivo de estudar ideias, práticas e comportamentos dos jovens do litoral do Paraná sobre política e participação, o presente trabalho estabelece diálogos entre os resultados encontrados na pesquisa e a bibliografia, procurando revelar em que medida a cultura política hoje vivenciada por esses jovens se aproxima ou se distancia dos elementos característicos de uma cultura política democrática e participativa.

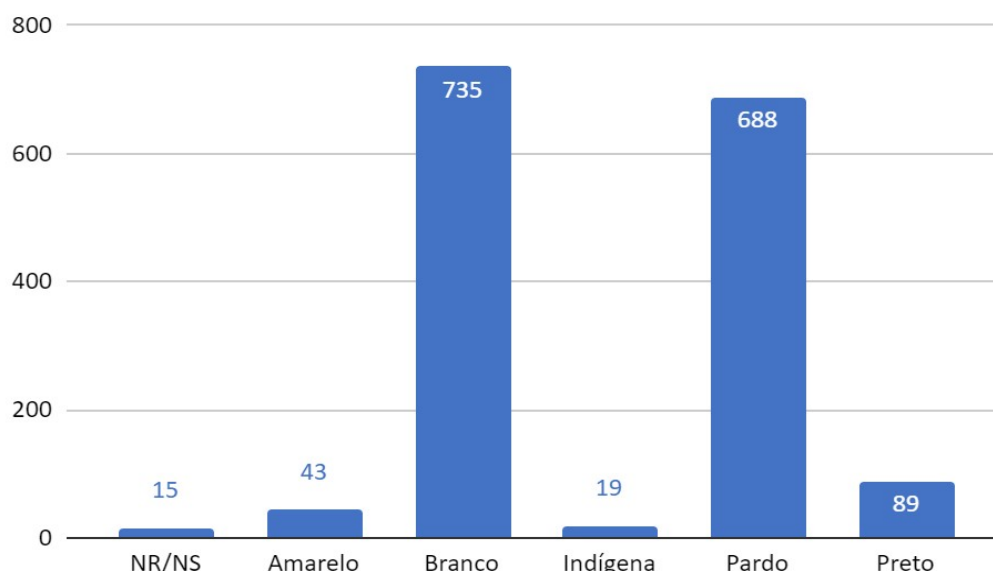
3 RESULTADOS DA PESQUISA

As questões escolhidas para apresentação dos resultados neste trabalho foram as que têm relação direta ou indireta com participação e o perfil da amostragem totalizando 21 questões analisadas. Em relação ao perfil da amostragem ao gênero 49,9% se identificam como “Mulher”, 48,8%, como “Homens”, 0,1% como “Neutro” e 1,2% deixaram a questão em branco. A maioria, 89,8%, têm entre 13 e 18 anos, idade recomendada para a realização do Ensino Médio, 6,36% têm entre 19 e 22 anos e 3,94% não informaram ou cometeram algum erro no preenchimento.

Nota-se que 94% dos participantes se declararam solteiros e 4% se declararam casados, quase 2% não respondeu ou marcou a opção “outro”. Dos respondentes 1,5% declararam ter filhos. Em relação a cor 46,3% se consideram

como “brancos”, 43,3% como “pardos”, 5,6% como “pretos”, 2,7% como “amarelo”, 1,2 como “indígena” e 0,9% deixaram a questão em branco

GRÁFICO 1 – COR DA AMOSTRAGEM.



FONTE: PESQUISA DE CAMPO

As eleições são a forma tradicional de participação social, no Brasil o título de eleitor pode ser tirado com 16 anos, porém a obrigatoriedade do voto é a partir dos 18 anos. Entre os jovens que responderam o questionário, 1223 (77%) deles já possuíam 16 anos no momento da aplicação, idade em que já é permitido obter o título de eleitor, porém, apenas 585 (47,8%) destes possuem o documento, que representa menos da metade dos jovens que já estão aptos a votar. Vale ressaltar que o ano de 2017 não era ano eleitoral.

Segundo dados do TSE, o número de jovens entre 16 e 17 anos que votou no ano de 2016 foi de 3.921.546 eleitores e em 2018 foi de 3.323.542 eleitores, uma redução de 598.004 jovens. Demonstra a falta de aspiração em participar da forma mais tradicional de participação. Quando perguntados se já votaram em alguma eleição 87,7% respondeu que nunca havia votado, reforçando a baixa participação dos mesmos nas votações.

Segundo o Latinobarômetro, os brasileiros, quando questionados sobre o quão satisfeitos estão com a democracia, 45,8% afirma estar “nada satisfeito” e

43,20% “não muito satisfeito” (LATINOBARÔMETRO, 2018) o que pode refletir na motivação dos jovens para votar.

Quando questionados sobre interesse por política, os jovens se manifestaram de forma dividida, entre interessados e desinteressados, a partir do cálculo de notação o valor aproximado é de 2,951³. Demonstra que os jovens pesquisados estão mais próximos de “indiferente” em relação à política.

TABELA 1 – NÍVEL DE INTERESSE POLÍTICO.

Nível de interesse	Respondentes
NR/NS	50
Interesse Nenhum	216
Não muito interessado	436
Indiferente	236
Interessado	508
Muito interessado	143

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Mesmo com uma parcela que demonstra interesse por política, a participação ativa dos jovens em associações se demonstra baixa. Grupos que têm maior participação são os grupos religiosos ou esportivos, enquanto grupos como grêmio estudantil e conselhos são de baixa participação. A participação em partidos políticos e sindicatos têm baixa adesão devido à idade dos respondentes.

TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS OU ASSOCIAÇÕES (CONTINUA)

Grau por atividade	Ativamente	Pertence mas não participa ativamente	Já pertenceu	Nunca pertenceu	NR/NS
Igreja ou organismo religioso	28,4%	19,7%	28,1%	18,5%	5,3%
Grupo desportivo, recreativo ou cultural	11,8%	8,4%	26,9%	47,5%	5,4%
Outras associações voluntárias	7,1%	4,7%	17,6%	64,9%	5,7%
Grêmio, Centro Acadêmico ou outra associação estudantil	5,5%	3,0%	13,0%	73,3%	5,2%

3 Nota: O cálculo de notação é realizado atribuindo a cada alternativa um valor de 1 a 5, sendo 1 “interesse nenhum” e 5 “muito interessado”. As questões NR/NS não participam do cálculo. Depois, é realizada a multiplicação do valor definido pelo número de respondentes de cada questão. Após a multiplicação, é feita a soma de todos os resultados. Esse resultado é dividido pelo número total de respondentes, chegando assim ao valor da notação.

TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS OU ASSOCIAÇÕES (CONCLUSÃO)

Conselhos ou associações profissionais	2,3%	2,1%	5,2%	85,0%	5,4%
Partido político	1,5%	2,0%	2,3%	89,1%	5,1%
Sindicato	1,2%	1,2%	2,3%	90,1%	5,2%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

O associativismo religioso é mais que duas vezes maior que qualquer outro tipo de associativismo perguntado. Porém “o associativismo religioso, que mobiliza o maior percentual de pessoas no país, é o que menos engaja, proporcionalmente, na participação em ações de mobilização sociopolítica, qual quer que seja a modalidade considerada”. (AZEVEDO, JUNIOR e RIBEIRO, 2009, p. 712).

Dentre os respondentes, os jovens que participam ativamente de, pelo menos, um dos grupos e associações são 614. Entre esses jovens, quando perguntados se ouviam e falavam sobre política nesses ambientes, apenas 3,9% deles declaram falar “frequentemente” sobre política nas respectivas associações. Enquanto 34,2% informaram “nunca” ter falado e 30,1% responderam “raramente”.

TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE CONVERSAS POLÍTICAS EM ASSOCIAÇÕES

Frequência	Respondentes
NR/NS	50
Nunca	210
Raramente	185
Algumas vezes	145
Frequentemente	24
TOTAL	614

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Os dados mostram a baixa frequência de conversas políticas dentro das instituições, pensando na importância que esses ambientes têm na formação da cultura política dos jovens e que

as relações entre adultos e jovens, principalmente na escola, ganham importância porque podem iniciar, em um espaço não regido pelas relações de parentesco, embates emancipatórios em que valores como a igualdade, a justiça e a liberdade se tornem aspectos a serem pautados, testados e vividos. (CASTRO, 2009, p. 502).

Notamos que os debates e conversas sobre temas relacionados a sociedade como um todo nos grupos que os jovens pertencem favorecem a autonomia e emancipação de cada um e consequentemente a participação social e política do indivíduo.

Em relação aos ambientes comuns dos jovens, e a esferas do governo, tanto no âmbito municipal, como regional e nacional, questionamos aos jovens sobre a confiança que eles possuem em relação a instituições e pessoas, deixando livre para deixarem a questão em branco caso não tenham contato com não tenham como avaliar. Utilizamos o cálculo de notação.

TABELA 4 – GRAU DE CONFIANÇA PESSOAL/INSTITUCIONAL

Instituição	Notação
Família	5,83
Escola	4,69
Igreja	4,39
Colegas	4,22
Polícia	4,08
Pastor / Padre	3,93
Judiciário	3,75
Associação de bairro	2,86
Vizinhos	2,85
Governo Federal	2,55
Prefeitura	2,55
Prefeito	2,41
Governo Estadual	2,34
Câmara de Vereadores	2,24

FONTE: PESQUISA DE CAMPO

NOTA: os parâmetros estabelecidos sob uma notação de 1 (Não Confia Nada) a 7 (Confia Plenamente).

Os resultados podem nos mostrar que as instituições como “Família”, “Escola” e “Igreja” tem grande nível de confiança entre os jovens, o que traz a ideia de grande potencial dessas associações, que não são voltadas a Administração Pública, em contribuir positiva ou negativamente na cultura política dos jovens.

A casa e a escola foram considerados como espaços pré-políticos, ou apolíticos, articulados à sobrevivência e aos códigos e normas estabelecidas pelo parentesco, ou às prerrogativas que uns detêm sobre os outros ao possuírem a delegação da transmissão de valores e das normas societárias. (CASTRO, 2009, p. 500).

Esses ambientes possuem suas regras já estabelecidas, e a participação dos jovens nas decisões contribui para a emancipação, mas como mostraremos mais a frente, os pesquisados não se sentem como agentes de decisão dentro desses grupos.

Nota-se também a falta de credibilidade nas instituições da Administração Pública que são escolhidas por voto popular. A TABELA 4 mostra que as instituições como “Câmara de vereadores”, “Governo Estadual”, “Prefeito”, “Prefeitura” e “Governo Federal” tem baixo grau de confiança, o que demonstra que os jovens têm grande descrença nos cargos públicos. Talvez a baixa taxa de eleitores (entendidos aqui como aqueles que detém título de eleitor) seja reflexo dessa falta de confiança que os participantes têm naqueles que ocupam os cargos públicos a partir de eleições.

Outras formas de participação social além do voto foram contempladas no questionário, pensando que os jovens podem exercer a sua participação de outras formas. Conforme aponta Castro (2009)

as teorias políticas correntes, ao enfatizarem o cálculo racional de interesses ou a deliberação baseada em critérios racionais, esqueceram que os afetos são uma das mais poderosas forças que movem os sujeitos no campo da política. São eles, eu acrescentaria, que concorrem para que os indivíduos busquem e negociem identificações coletivas que fornecem as bases para as ações compartilhadas. (CASTRO, 2009, p. 501).

A partir dessa percepção, entendemos que ações do dia a dia contribuem na aproximação da cultura política democrática, com isso questionamos a frequência em que os jovens realizam as seguintes atividades:

TABELA 5 – FREQUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR NATUREZA DA ATIVIDADE (CONTINUA)

Grau por atividade	Fez no último ano	Fez em anos anteriores	Nunca fez, mas poderia fazer	Nunca o faria	NR/NS
Assistir ao debate político na TV.	25,7%	22,4%	15,6%	29,6%	6,7%
Assistir ao horário político	24,0%	21,3%	12,3%	41,3%	1,1%

TABELA 5 – FREQUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA POR NATUREZA DA ATIVIDADE (CONCLUSÃO)

Assinar uma petição ou abaixo-assinado	17,4%	20,6%	34,8%	20,2%	7,0%
Participar de uma manifestação de rua	11,6%	16,4%	35,5%	30,0%	6,5%
Participar de reunião pública sobre algum assunto de interesse público (segurança, saúde etc)	11,2%	10,6%	42,9%	28,4%	6,9%
Participar de um comício ou reunião política.	10,0%	16,9%	24,1%	41,9%	6,2%
Participar em um fórum ou em um grupo de discussão pela internet	8,6%	6,2%	31,9%	47,1%	6,2%
Contactar ou aparecer na mídia (internet, TV, rádio ou jornal) para exprimir suas opiniões	6,4%	5,7%	33,4%	48,0%	6,5%
Dar dinheiro ou tentar recolher fundos para uma causa de interesse público	6,2%	6,3%	33,4%	47,1%	7,0%
Procurar um político expressar o seu ponto de vista	6,1%	6,2%	43,5%	37,3%	6,9%
Procurar um político para solicitar um favor pessoal	5,8%	5,0%	27,8%	54,2%	7,2%
Boicotar ou comprar determinado produto por questões políticas, éticas ou ambientais	5,4%	5,0%	19,1%	62,9%	7,6%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Agrupando, por um lado, as respostas “fez no último ano” e “fez em anos anteriores”, entendendo-a como “já fez”; e, de outro lado, agrupando as respostas “nunca fez, mas poderia ter feito” e “nunca o faria”, entendendo-a como “nunca fez”, nota-se que a participação é baixa. Apenas a opção “Assistir debate político na televisão” teve como resposta mais pessoas que já fizeram do que nunca fizeram, mas, mesmo assim, esse número não representa nem a metade

Chama a atenção a falta de participação dos jovens em manifestações de rua. Quando perguntados, 30% afirmam que “nunca o faria” e 35,6% que “nunca fez, mas poderia ter feito”, somando 65,6% de jovens que nunca participaram.

Outro dado que aponta para a pouca participação dos jovens em discussões políticas, é a alta quantidade de respondentes que, perguntados sobre “Participar em um fórum ou em um grupo de discussão pela internet” afirmaram que nunca participaram. Note-se que 47,5% afirmou que “nunca o faria” e 31,9% que “nunca

fez, mas poderia ter feito” somando 79% que nunca participou. Tendo em vista a importância da internet como meio de comunicação e divulgação das ações políticas na atualidade, a falta de participação dos jovens nesse ambiente reflete também a falta de interesse.

A forma de participação mais comum entre os pesquisados é via televisão. Quando perguntados sobre “assistir debate político na TV” e “assistir horário político”, 48,10% e 45,30%, respectivamente, afirmaram já terem feito. Os dados sobre os meios que utilizam para se informar sobre política reforçam que a televisão tem alto nível de participação. Observa-se que os jovens buscam em sua maioria se informar sobre política via telejornais, considerando que 23,8% afirmam acompanhar “todos os dias” os noticiários.

TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE INFORMAÇÕES POR MODAIS.

Grau por atividade	Todos os dias	3-4 dias por semana	1-2 dias por semana	Menos de 1 dia por semana	Nunca	NR/NS
Vê os telejornais ou noticiários na televisão	23,8%	17,2%	17,1%	15,5%	14,3%	12,1%
Utiliza a internet para obter notícias e informação política	15,2%	11,1%	14,7%	18,8%	28,4%	11,8%
Ouve os noticiários da rádio	9,4%	5,9%	8,2%	12,3%	52,5%	11,7%
Lê assuntos de política nos jornais	8,5%	8,4%	13,4%	19,7%	38,1%	11,9%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Os modais mais antigos como rádio e jornais impressos são os menos utilizados pelos jovens. Chama atenção que 28,4% dos jovens afirma “nunca” utilizar a internet como fonte de informação política. Correlacionando com a questão anterior podemos afirmar que os jovens utilizam pouco a internet para esse fim, preferindo a televisão.

A frequência com que se conversa ou se informa sobre política, bem como a fonte de informação que utilizam, afeta diretamente a percepção dos jovens em relação aos temas abordados. Buscando saber qual a frequência que os jovens falam sobre política nos ambientes comuns do dia a dia, como: casa, colégio, entre

amigos e vizinhos, observamos que onde mais têm conversas sobre temas políticos é dentro dos próprios colégios.

TABELA 7 – FREQUÊNCIA DE CONVERSAS POLÍTICAS POR AMBIENTE.

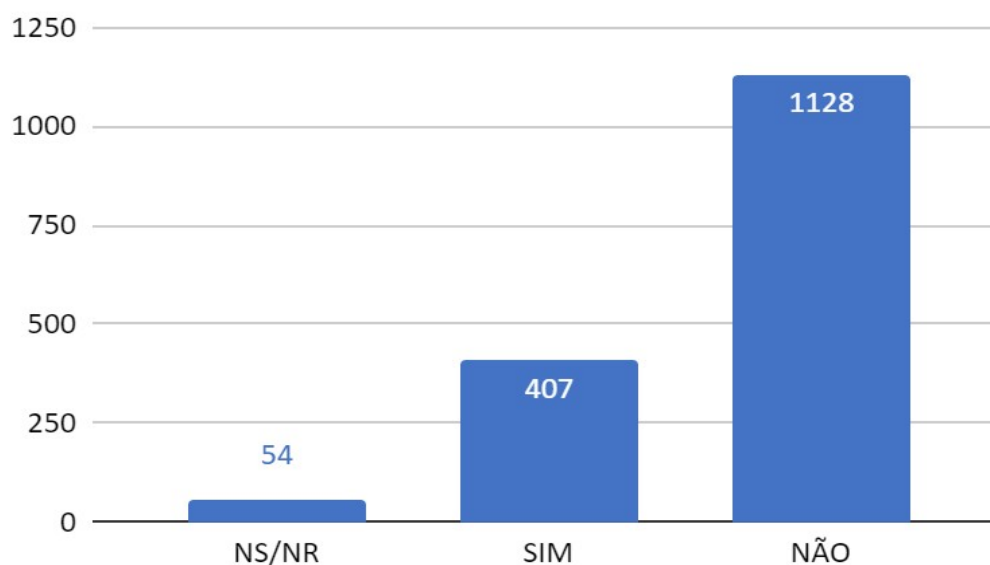
Grau por ambiente	Frequentemente	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Política na escola	31,3%	44,1%	17,4%	4,3%
Política em casa	15,4%	44,5%	27,4%	7,0%
Política com amigos	6,7%	27,8%	33,3%	28,8%
Política com vizinhos	4,5%	17,6%	31,5%	42,9%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Nota-se uma baixa tendência de conversas políticas com os amigos e vizinhos. Destaca-se que, embora a escola seja apontada como o ambiente em que mais se fala sobre política, a participação em grêmios estudantis é bem baixa, conforme apresentado na TABELA 2. Outro ponto que merece atenção é que os jovens não consideram participar das decisões em seus respectivos colégios, mas também não acreditam possuir condições para tais decisões como veremos nos gráficos a seguir.

Quando questionados se eles participam das decisões dentro do colégio, 71% dos jovens respondeu que “não”.

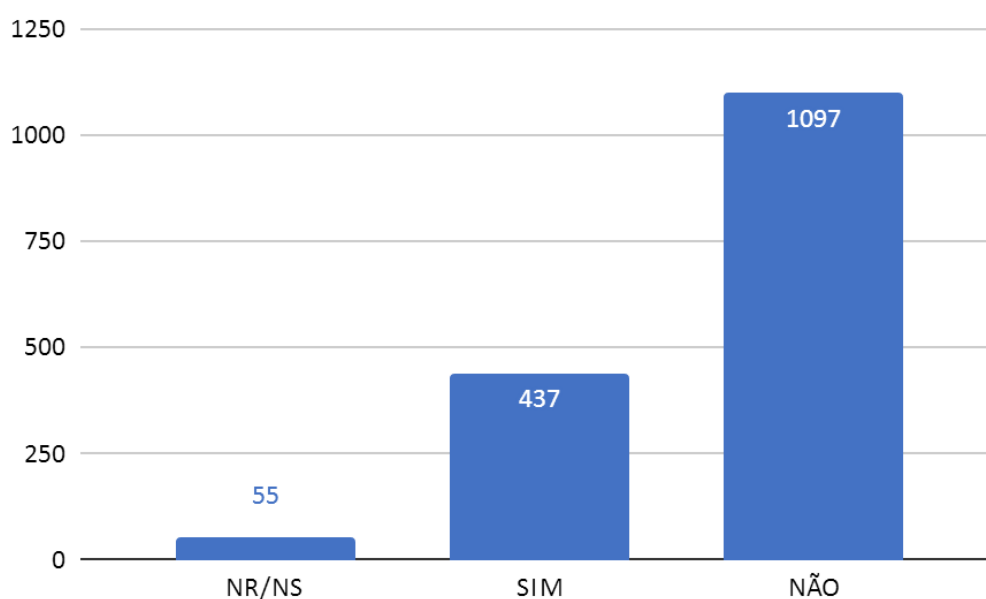
GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES NO COLÉGIO.



FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

E quando questionados se consideram ter as condições (informação, liberdade e confiança) para tomar decisões sobre questões administrativas e pedagógicas da sua escola/universidade, como, por exemplo, decisão sobre os conteúdos, os horários das aulas, entre outros, 69% dos jovens respondeu “não” possuir tais condições.

GRÁFICO 3 – CONDIÇÕES PARA TOMAR DECISÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS.

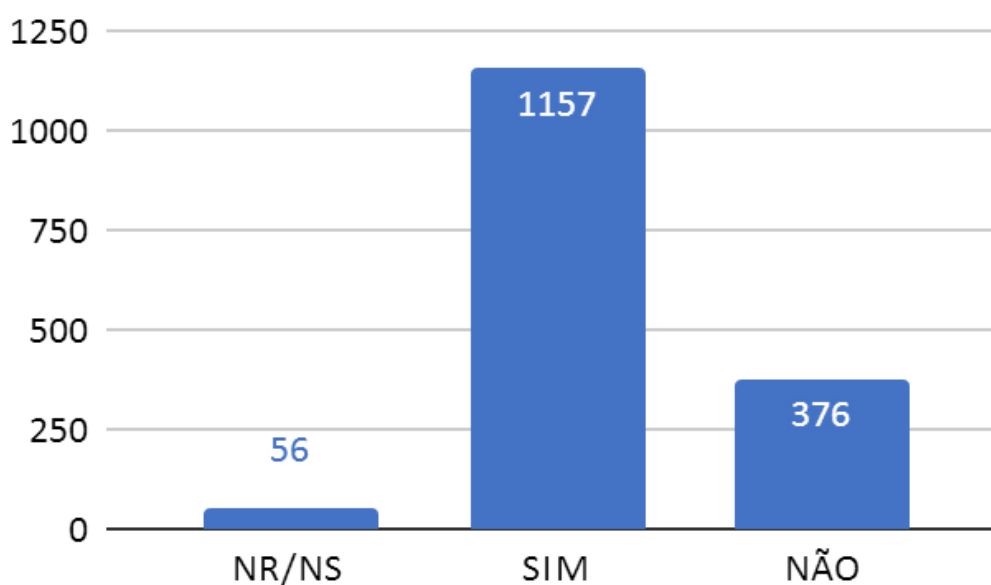


FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Os dados demonstram que a escola é sim um lugar de grande contato com discussões políticas, porém não é um espaço de participação política. Os jovens não sentem possuir condições para a participação, e a razão merece ser estudada com um olhar mais cuidadoso.

Dentro de casa, as conversas sobre política não são tão frequentes, porém, ao contrário dos colégios, observa-se que os jovens participam mais das decisões.

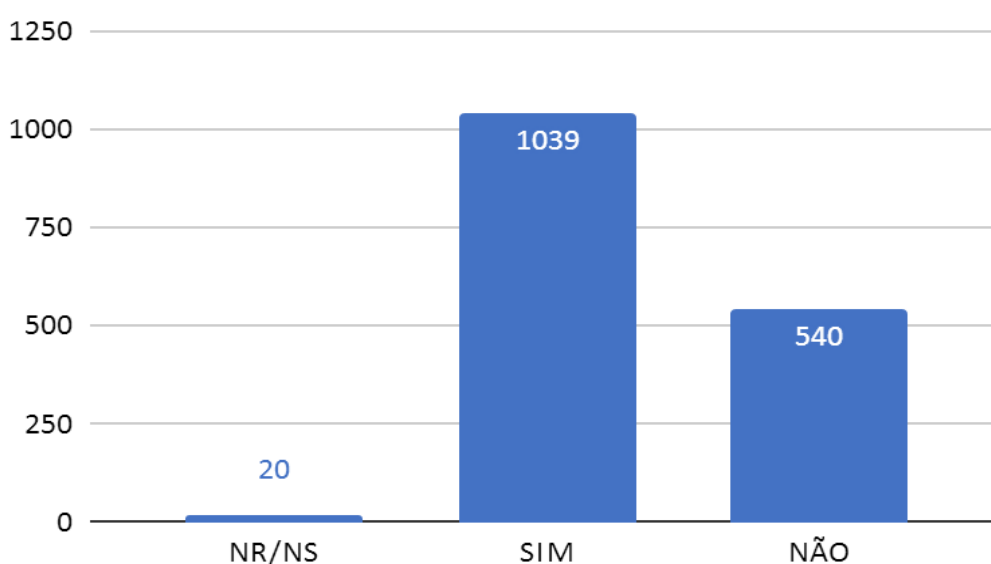
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES EM CASA



FONTE: PESQUISA DE CAMPO

Os jovens também consideram ter mais condições de participação em decisões de alto impacto, como por exemplo, mudança de turno na escola, mudança de escola, mudança de casa entre outros.

GRÁFICO 5 – CONDIÇÕES PARA TOMAR DECISÕES DE ALTO IMPACTO DENTRO DE CASA.



FONTE: PESQUISA DE CAMPO.

Seria interessante uma avaliação qualitativa sobre os elementos que os jovens utilizam para justificar essa sua capacidade ou incapacidade. Tais elementos podem ser internos, relacionados à própria maturidade ou ao desejo dos jovens, como podem ser externos, estando relacionados à liberdade ou a falta dela, ao acesso informações claras e compreensíveis

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados da pesquisa podemos perceber uma grande distância dos jovens do litoral do Paraná com a participação, além de indiferença em relação a política, baixa atividade associativa, desconfiança nas instituições e pessoas da administração pública, baixo índice de eleitores, pouca movimentação em atividades de participação social, grande confiança em instituições como família, colégio e igreja, e o maior contato com a política via mídia televisiva.

Esses resultados nos levam a acreditar que a cultura política dos jovens do litoral do Paraná está ainda distante do que configuraria uma cultura política democrática participativa, considerando os conceitos já vistos nesse trabalho, que pode se considerar como a democracia onde os *inputs* são máximos, no caso a participação, e onde os *outputs* não são apenas as políticas, no caso decisões, mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um *feedback* do *output* para o *input*. (PATEMAN, 1992, p. 62).

Pode se dizer que é a superação da participação limitada apenas ao sufrágio, ampliando assim a predisposição da sociedade (nesse caso a juventude) na participação, tanto nos processos eleitorais, como em movimentos sociais e políticos e no próprio ciclo de políticas públicas. Para que além da escolha do representante, também exista a pressão via movimentos sociais para com as demandas da sociedade, e assim que elas entrem na agenda política, passem também pelo processo de controle social.

Mais pesquisas devem acontecer, voltadas aos motivos pelos quais os jovens não participam ativamente da política, que pode estar ligada a fatores tanto internos como externos. Pesquisas com olhares mais qualitativos, visando aprofundar os conhecimentos subjetivos sobre a população jovem da região.

A observação dos dados da presente pesquisa se focou em analisar o conjunto como um todo, sem estratificações. Seria interessante para um maior entendimento realizar análises que dividam os grupos, seja por renda, município, gênero, cor, entre outros, contribuindo para o entendimento de como as diferenças sociais de cada indivíduo contribuem ou não no processo de socialização política. Vale ressaltar que os seis municípios pesquisados possuem indicadores socioeconômicos distintos.

Entendemos como incipiente ainda o contato dos jovens com assuntos políticos, mesmo dentro dos colégios, considerados por eles como o lugar onde mais se conversa sobre política. Percebe-se então a importância de pesquisas e projetos de extensão que tenham como foco a transmissão de conteúdos que contribuam para a aproximação dos jovens com a participação política e social.

A universidade com sua função social deve se preocupar com o estímulo a cidadania e o fomento ao pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], n. 21, p.83-108, nov. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782003000200007>.

BAQUERO, R.; BAQUERO, M. Educando para a democracia: valores democráticos compartilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 11, n. 6, p.140-152, set. 2007.

BASTOS, Maria Helena Camara. A democracia na América, de Alexis de Tocqueville: Uma leitura para a história da educação¹. **Redalyc**, São Leopoldo, v. 14, n. 5, p.5-14, 2007.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 25, n. 4, p.479-487, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-37722009000400003>.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997. 440 p.

DENARDIN, V.; ABRAHÃO, C. M.; QUADROS, D. A. de. (Org.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Litoral do Paraná: reflexões e interações. Matinhos: UFPR Litoral, 2011.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; SOUZA, N. R. **Democracia e Participação: os Conselhos Gestores do Paraná**. Curitiba: Ufpr, 2004. 246 p.

GOHN, M. G. Os jovens na política na atualidade. **III Encontro internacional – participação, democracia e políticas públicas**. 2017, Vitória.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio> > Acesso em: 27 nov. 2019.

KUSCHNIR, K; CARNEIRO, L. P. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 13, p.227-250, 1999.

LARA, C. P. **Cultura Política dos jovens de Guaratuba, no litoral do Paraná**. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Gestão Pública) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

Latinobarómetro. **Latinobarómetro**. Disponível em: < <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp> > Acesso em: 27 nov. 2019

MATEOS, A. “**Cultura política**”. Material docente. Salamanca: Universidad de Salamanca disponível em <<https://campus.usal.es/~dpublico/areacp/materiales/Culturapolitica.pdf>> acesso 10

nov. 2019.

OKADO, L. T. A. Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?. **III Fórum brasileiro de pós-graduação em ciência política**. 2013, Curitiba, anais.

PALLARO, T. M. **Identificar nos jovens em Paranaguá-Paraná, os elementos que constituem a Cultura Política na atualidade**. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Gestão Pública) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra S.a., 1992. 157 p.

REBULI, B. **Cultura Política dos jovens – um estudo em Pontal do Paraná**. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Gestão Pública) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

APENDICE 1 – QUESTIONÁRIO



Questionário CULTURA POLÍTICA

Instituição: _____

Data de aplicação: _____



Descrição da amostra

I. Data de nascimento: _____

Descrição da amostra

II. Gênero: () Homem () Mulher () Neutro

Descrição da amostra

III. Você se considera:

(A) Branco(a) (B) Pardo(a) (C) Preto(a) (D) Amarelo(a) (E) Indígena

Descrição da amostra

IV. Qual seu estado civil?

(A) Solteiro(a) (B) Casado(a)/mora com um(a) companheiro(a) (C)

Separado(a)/divorciado(a) (D) Viúvo(a)

Descrição da amostra

V. Você tem filhos?

(A) Sim, tenho _____ filho(s) (B) Não, não tenho filhos

Descrição da amostra

VI. Em qual município você reside?

Perfil sócio-econômico

VII. Qual a sua situação de moradia atual?

(A) Moro em casa/apartamento próprio (dos meus pais)

(A1) Moro em casa/apartamento próprio (meu)

(B) Moro em casa/apartamento alugado pelos meus pais

(B1) Moro em casa/apartamento alugado

(C) Moro em casa/apartamento emprestado

(D) Moro em um cômodo/quarto alugado pelos meus pais

(D1) Moro em um cômodo/quarto alugado

(E) Outra situação

Perfil sócio-econômico

VIII. Quantas pessoas moram com você?

(A) moro sozinho(a)

(B) eu e mais 1 pessoa

- (C) eu e mais 2 ou 3 pessoas
 (D) eu e mais 4 ou 5 pessoas
 (E) eu e mais 6 ou mais pessoas

Perfil sócio-econômico

IX. Quais e quantos dos itens abaixo há em sua casa?

	1	2	3 ou mais	N ão tem
Quarto				
Banheiro				
TV				
Videocassete, DVD e/ou BlueRay				
Rádio				
Microcomputador				
Automóvel				
Máquina de lavar roupa				
Geladeira				
Telefone fixo				
Telefone celular				
Acesso à Internet				
TV por assinatura				

Interesse e capacidade para a participação

X. Você considera que você participa das decisões tomadas na sua família?

() Sim () Não

Interesse e capacidade para a participação

XI. Você considera que tem condições (informação, liberdade e confiança) para tomar decisões de alto impacto sobre a sua vida ou a vida da sua família como, por exemplo, decisão sobre mudança de turno na escola, mudança de escola, mudança de casa etc?

() Sim () Não

Interesse e capacidade para a participação

XII. Você tem título de eleitor?

() Não tenho título de eleitor () Tenho título de eleitor desde os meus ____ anos de idade

Interesse e capacidade para a participação

XIII. Você já votou?

() Sim () Não

Interesse e capacidade para a participação

XIX. Em relação ao seu interesse por política, você diria que é:

(5) muito interessado (4) interessado (3) Indiferente (2) não muito interessado (1) não tenho interesse nenhum

Percepção positiva, negativa ou sobre a estrutura

XX. Qual a primeira palavra que você associa a política?

_____ () não sei o que significa

Percepção positiva, negativa ou sobre a estrutura

XXI. Qual a primeira palavra que você associa a democracia?

_____ () não sei o que significa

Percepção positiva, negativa ou sobre a estrutura

XXII. Qual a primeira palavra que você associa a governo?

_____ () não sei o que significa

Percepção positiva, negativa ou sobre a estrutura

XXIII. Qual a primeira palavra que você associa a partidos políticos?

_____ () não sei o que significa

XXIV. Relacione os cargos eletivos da primeira coluna com as afirmativas da segunda coluna:

(1) Vereadores	() Junto com os Deputados Federais compõem o Congresso Nacional;
(2) Prefeitos	() Trabalham nas Assembléias Legislativas;
(3) Deputados Estaduais	() São os principais representantes do Poder Executivo no âmbito municipal;
	() É responsável pela administração pública no âmbito federal;
(4) Governadores	() Trabalham elaborando leis de âmbito municipal e fiscalizando o Prefeito;
(5) Deputados Federais	() São os principais responsáveis pela administração pública no âmbito estadual;
(6) Senadores	() Como representantes do povo brasileiro, trabalham elaborando as leis do país na Câmara dos Deputados
(7) Presidente da República	

Confiança institucional e interpessoal

XXV. Abaixo são listadas algumas instituições ou pessoas com as quais você frequentemente se relaciona, direta ou indiretamente. Por favor, indique o seu nível de confiança em cada uma delas considerando uma escala de 1 a 7, em que 1 significa não confia nada e 7 significa confia plenamente. Deixe em branco quando não souber avaliar.

Prefeitura municipal	1	2	3	4	5	6	7
Prefeito	1	2	3	4	5	6	7
Câmara municipal de vereadores	1	2	3	4	5	6	7
Governo estadual	1	2	3	4	5	6	7
Governo federal	1	2	3	4	5	6	7
Escola (direção, professores e funcionários)	1	2	3	4	5	6	7
Judiciário (juízes, promotores etc)	1	2	3	4	5	6	7
Associação de bairro	1	2	3	4	5	6	7
Familiares	1	2	3	4	5	6	7
Colegas	1	2	3	4	5	6	7
Vizinhos	1	2	3	4	5	6	7
Polícia	1	2	3	4	5	6	7
Igreja	1	2	3	4	5	6	7
Pastor/Padre	1	2	3	4	5	6	7

Interesse e capacidade para a participação

Socialização política

XXVI. Com que frequência se fala de política na sua casa?

(4) frequentemente (3) algumas vezes (2) raramente (1) nunca

Interesse e capacidade para a participação

Socialização política

XXVII. Com que frequência se fala de política na sua escola/universidade?

(4) frequentemente (3) algumas vezes (2) raramente (1) nunca

Interesse e capacidade para a participação

Socialização política

XXVIII. Você considera que você participa das decisões tomadas na sua escola/universidade?

() Sim () Não

Interesse e capacidade para a participação

Socialização política

XXIX. Você considera que tem condições (informação, liberdade e confiança) para tomar decisões sobre questões administrativas e pedagógicas da sua escola/universidade, como, por exemplo, decisão sobre os conteúdos que você terá, sobre os horários das aulas etc?

() Sim () Não

Interesse e capacidade para a participação

Socialização política

XXX. Com que frequência você ouve ou fala de política em encontros com amigos?

(4) frequentemente (3) algumas vezes (2) raramente (1) nunca

Interesse e capacidade para a participação

Socialização política

XXXI. Com que frequência você ouve ou fala de política em conversas com vizinhos?

(4) frequentemente (3) algumas vezes (2) raramente (1) nunca

Participação

XXXII. Por vezes, as pessoas participam de grupos ou de associações. Para cada um dos grupos mencionados, diga se você: (a) participa ativamente; (b) pertence, mas não participa ativamente; (c) já pertenceu; (d) nunca pertenceu.

Grêmios, Centro Acadêmico ou outra associação estudantil	a	b	c	d
Partido político	a	b	c	d
Igreja ou organismo religioso	a	b	c	d
Grupo desportivo, recreativo ou cultural	a	b	c	d
Sindicato	a	b	c	d
Conselhos ou associação profissional	a	b	c	d
Outras associações voluntárias	a	b	c	d

Interesse e capacidade para a participação

Socialização política

XXXIII. Se você marcou "a", "b" ou "c" em alguma das linhas da questão anterior, com que frequência você ouve/ouvira ou fala/falava de política em reuniões associativas?

(4) frequentemente (3) algumas vezes (2) raramente (1) nunca

Participação

XXXIV. Abaixo são listadas algumas formas de ação política e social que as pessoas podem ter. Por favor, indique para cada uma delas se: (1) fez no último ano; (2) fez em anos anteriores; (3) nunca fez, mas poderia ter feito; (4) nunca o faria.

Assinar uma petição ou abaixo-assinado	1	2	3
Boicotar ou comprar determinado produto por questões políticas, éticas ou ambientais	1	2	3
Participar de uma manifestação de rua	1	2	3
Participar de um comício ou reunião política	1	2	3
Assistir ao horário político	1	2	3
Assistir ao debate político na TV	1	2	3
Participar de reunião pública sobre algum assunto de interesse público (segurança, saúde etc)	1	2	3
Procurar um político ou um funcionário do governo para expressar o seu ponto de vista	1	2	3
Procurar um político ou um funcionário do governo para solicitar um favor pessoal	1	2	3

Dar dinheiro ou tentar recolher fundos para uma causa de interesse público	1	2	3
Contatar ou aparecer na mídia (internet, TV, rádio ou jornal) para exprimir suas opiniões	1	2	3
Participar em um fórum ou em um grupo de discussão pela internet	1	2	3

Percepção positiva, negativa ou sobre a estrutura

XXXV. Um casal com dificuldades financeiras recebeu em sua casa um candidato a vereador que lhes fez a seguinte oferta: - Participem da minha campanha, colando adesivos em casa e no carro, e em troca eu lhes ajudo com o combustível e demais despesas. Além disso, se eu vencer as eleições, olharei com atenção para os problemas de vocês. Eu serei o vereador da sua região. Contem comigo!

Na sua opinião:

- O casal deve aceitar a oferta e trabalhar na campanha do candidato, votando e conquistando votos para ele;
- O casal deve aceitar a oferta para receber o dinheiro, mas não deve votar no candidato;
- O casal não deve aceitar a oferta;
- O casal não deve aceitar a oferta e deve denunciar o candidato aos órgãos competentes.

Socialização política (associar com experiências na família, na escola etc)

XXXVI. Marque a frequência com que você faz cada uma das seguintes coisas, considerando:

(5) todos os dias; (4) 3-4 dias por semana; (3) 1-2 dias por semana; (2) menos de 1 dia por semana; e (1) nunca:

Lê assuntos de política nos jornais	1	2	3	4
Vê os telejornais ou noticiários na televisão	1	2	3	4
Ouve os noticiários da rádio	1	2	3	4
Utiliza a internet para obter notícias e informação política	1	2	3	4

Relacionar com concepção liberal-procedimental de democracia e democracia participativa. Institucionalismo X Culturalismo

XXXVII. Há muitas opiniões diferentes sobre o que se deve fazer para ser um bom cidadão. Em uma escala de 1 a 7, em que 1 significa nada importante e 7 muito importante, que importância você atribui, pessoalmente, a cada um dos seguintes aspectos:

Votar sempre nas eleições instituição	1	2	3	4	5	6
Nunca deixar de pagar impostos instituição	1	2	3	4	5	6
Obedecer sempre às leis e aos regulamentos instituição	1	2	3	4	5	6
Manter-se informado sobre as atividades do governo cultura	1	2	3	4	5	6
Manter-se informado sobre economia e política cultura	1	2	3	4	5	6
Participar em associações, sindicatos ou partidos cultura/participação	1	2	3	4	5	6
Tentar compreender a maneira de pensar das pessoas com opiniões diferentes das suas cultura	1	2	3	4	5	6
Escolher produtos por questões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que eles custem mais caro cultura	1	2	3	4	5	6
Ajudar pessoas que vivem pior do que você cultura/princípio solidariedade	1	2	3	4	5	6
Estar disposto a prestar serviço militar ou ir para a guerra quando for preciso instituição	1	2	3	4	5	6

XXXVIII. Há muitas opiniões diferentes sobre os direitos das pessoas em uma democracia. Em uma escala de 1 a 7, em que 1 significa nada importante e 7 muito importante, que importância você atribui a:

Todos os cidadãos terem um nível de vida digno	1	2	3	4	5	6
Ter liberdade de expressão	1	2	3	4	5	6
Cada cidadão conhecer a Constituição Federal	1	2	3	4	5	6
Cada cidadão poder exercer seus direitos políticos	1	2	3	4	5	6
As autoridades respeitarem e protegerem os direitos das minorias	1	2	3	4	5	6
As autoridades tratarem todas as pessoas da mesma maneira,	1	2	3	4	5	6

independentemente de sua posição social							
Os políticos escutarem os cidadãos antes de tomarem decisões	1	2	3	4	5	6	
Ter liberdade para criticar o governo	1	2	3	4	5	6	
Dar às pessoas mais oportunidades de participar nas decisões de interesse público	1	2	3	4	5	6	

XXXIX. Considerando as práticas do dia-a-dia dos seus pais ou familiares próximos, você diria que eles:

- ☐ sempre obedecem as regras
- ☐ quase sempre obedecem as regras
- ☐ as vezes obedecem as regras
- ☐ não obedecem as regras
- ☐ não sei responder

XL. Considerando as práticas diárias dos seus professores, você diria que eles:

- ☐ sempre obedecem as regras
- ☐ quase sempre obedecem as regras
- ☐ as vezes obedecem as regras
- ☐ não obedecem as regras
- ☐ não sei responder

XLI. Considerando as suas práticas, você diria que você:

- ☐ sempre obedece as regras
- ☐ quase sempre obedece as regras
- ☐ as vezes obedece as regras
- ☐ não obedece as regras